

10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política
Ciência Política e a Política: Memória e Futuro
30 de agosto a 2 de setembro de 2016
Belo Horizonte-MG
Área temática: Política Internacional

**A TEORIA DE SECURITIZAÇÃO E O MODELO DE FLUXOS MÚLTIPLOS DE
JOHN KINGDON**

Alexsandro Eugenio Pereira / Universidade Federal do Paraná
Caroline Cordeiro Viana e Silva / Universidade Federal do Paraná - UNINTER

RESUMO

O presente artigo argumentará que o modelo de fluxos múltiplos de John Kingdon pode constituir importante ferramenta para estudos empíricos baseados na teoria de securitização. O modelo pode contribuir para a abordagem do papel das ideias na formulação de políticas públicas emergenciais, identificando a atuação do agente securitizador que, em determinadas condições e em determinados momentos, mostra-se capaz de colocar um tema em evidência, atuando diretamente na formulação de políticas públicas emergenciais em determinada área da tomada de decisões políticas. A teoria de securitização da Escola de Copenhague pode se valer do modelo de análise desenvolvido por John Kingdon para examinar como determinados temas ingressam na agenda de políticas públicas devido à atuação do agente securitizador, que corresponderia ao empreendedor político (*policy entrepreneur*) no modelo de fluxos múltiplos de John Kingdon. Para desenvolver o argumento principal, o artigo identificará as principais dificuldades enfrentadas pelos estudos empíricos baseados na teoria de securitização no Brasil. O artigo constatou que os estudos empíricos enfrentam dificuldades para demonstrar dois elementos principais: (i) como são adotadas medidas emergenciais para o enfrentamento das ameaças; e (ii) como um agente securitizador consegue convencer determinada audiência sobre a necessidade de adoção destas medidas. A comprovação empírica da securitização demanda o aprofundamento de estudos focados nesses dois elementos, em particular na forma pela qual são elaboradas medidas emergenciais e como o agente securitizador se relaciona com uma audiência determinada. O modelo de fluxos múltiplos pode contribuir para a aplicação empírica da teoria de securitização nestes dois elementos.

Palavras-Chave: Securitização; Fluxos Múltiplos; Escola de Copenhague; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A Escola de Copenhague gerou inovações na abordagem de diversos temas da agenda de pesquisa da área de segurança. Ao lado de outros autores, ela sustentou a necessidade de ampliação do conceito de segurança nos anos 1980, incluindo novas ameaças de natureza social, econômica e ambiental. Defendeu, ainda, a necessidade de avaliar processos de securitização que originou a chamada teoria de securitização amplamente utilizada em estudos empíricos no Brasil e no exterior.

A securitização de um tema depende da capacidade discursiva do agente securitizador e de seu poder político. Para ser bem-sucedido, o agente precisa deter uma posição de autoridade que lhe permite convencer uma audiência determinada sobre a necessidade de adoção, pelo Estado, de políticas emergenciais para enfrentar uma ameaça existencial. Essa audiência autoriza, reconhece o discurso e confere legitimidade às medidas emergenciais destinadas a enfrentar essa ameaça.

Embora seja uma importante contribuição no desenvolvimento dos estudos de segurança, a teoria de securitização precisa lidar com dificuldades no se refere à sua aplicação em estudos empíricos. Muitos desses estudos não conseguem identificar, de forma clara, como um determinado tema torna-se securitizado, ingressa na agenda de políticas públicas e requer ações emergenciais por parte do Estado. Com base nestes problemas, o presente artigo argumentará que a teoria de securitização pode se valer do modelo de análise de políticas públicas desenvolvido por John Kingdon (2003). Esse modelo permite analisar como determinados temas ingressam na agenda de políticas públicas devido à atuação do agente securitizador, que corresponderia ao empreendedor político (*policy entrepreneur*) no modelo de fluxos múltiplos de John Kingdon. O principal objetivo de Kingdon era analisar como determinado tema ingressa na agenda da tomada de decisões políticas. Seu propósito não era analisar a tomada de decisão em si, mas verificar como determinadas questões tornam-se objetos de deliberação pública.

Para desenvolver o argumento principal, o artigo estará dividido em três seções. A primeira delas sintetiza os elementos principais da teoria de securitização. A segunda seção delas identifica as principais dificuldades enfrentadas pelos estudos empíricos baseados na teoria de securitização no Brasil. E a terceira apresenta o modelo de fluxos múltiplos de John Kingdon, argumentando a respeito dos possíveis ganhos analíticos decorrentes da adoção desse modelo como estratégia para lidar com os problemas empíricos da teoria de securitização identificados na segunda seção do artigo.

1. A TEORIA DE SECURITIZAÇÃO

As academias da Europa acompanhavam o movimento de renovação teórica sobre os conceitos de segurança utilizados nas relações internacionais. Além disso, as marcas da

Segunda Guerra Mundial permaneciam no dia-a-dia europeu, o que favorecia o processo de criação de uma identidade europeia e de unificação das políticas de defesa e segurança. Neste contexto foi criada, em 1985, a Escola de Copenhague, originalmente chamada de Copenhagen Peace Research Institute. (TANNO, 2003, p.48).

A Escola, inicialmente liderada por Barry Buzan, Lene Hansen, Ole Waever e Jaap de Wilde, surgiu da insatisfação com o engessamento da teoria realista que considerava apenas o Estado e suas questões militares como temas centrais de segurança internacional. Essa insatisfação foi estimulada pelas agendas internacionais ambientais e econômicas durante as décadas de 1970 e 1980. Para os autores de Copenhague ocorreu uma evolução nos estudos de segurança internacional principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Segundo eles, três grandes diferenças marcaram essa evolução no entendimento do conceito de segurança. A primeira diferença está no conceito chave de segurança. Após a Segunda Guerra, estudiosos deixaram de pensar a segurança apenas como sinônimo de defesa e houve uma abertura para questões políticas e sociais dentro desses estudos. A segunda mudança foi na abordagem de um novo problema: as armas nucleares. Utilizar apenas meios militares para entender segurança não era suficiente para compreender o uso ou não de armas nucleares. O contexto era significativamente diferente do anterior à Segunda Guerra Mundial. A disputa nuclear se tornou a arte de evitar guerras, mas sem ser militarmente derrotado ou coagido. E a terceira grande mudança diz respeito à natureza das questões de segurança, que deixaram de ser puramente militares, e passaram a envolver outros temas relacionados à segurança do oponente, como as questões econômicas (SILVA, 2013, p. 16).

Partindo destas mudanças, os autores da Escola de Copenhague desenvolveram a teoria de securitização. Inicialmente, é relevante esclarecer que não se tratou de uma ruptura com a teoria realista de Relações Internacionais. O Estado permaneceu como uma referência fundamental. A Escola de Copenhague demonstra se alinhar ao realismo em seu objeto de referência, que continua sendo o Estado. A ontologia continua sendo amplamente estatal. Essa afirmação foi anteriormente constatada por Villa (2007) e por Herz (2006). Segundo Mônica Herz (2006, p. 10), "Barry Buzan e Ole Weaver incorporam fluxos de interação envolvendo outros atores sociais, mas apenas na medida que são securitizados e o objeto de referência continua sendo o Estado". Diversas ameaças colocam em risco a sobrevivência das populações e dos territórios administrados pelo Estado. Mas, ao mesmo tempo em que não abandonam o Estado como referência, os autores de Copenhague elaboraram uma teoria de securitização cuja essência está fundamentada no Construtivismo dos autores da virada linguística, como Nicholas Onuf e F. Kratochwil. Esse ponto pode ser observado quando os autores da Escola tratam dos objetos referentes que caminham em direção à securitização. Objeto referente é um tema percebido pelos atores como uma

ameaça existencial. Para eles, o objeto é designado como um problema de segurança internacional por ser argumentado como tal. Assim como Onuf explica que o mundo é uma construção social resultante da fala, conversas e relações sociais, a Escola de Copenhague apresenta o conceito de securitização como uma construção social. Se um objeto é visto como um tema de segurança significa que houve uma arguição nesse sentido, demonstrando, por meio da argumentação e do discurso, que determinado objeto é mais importante que outros. A questão foi apresentada como uma ameaça existencial, conforme pode-se notar na seguinte passagem:

In case of security, textual analysis suggest that something is designated as na international security issue because it can be argued that this issue is more importante than other issues and shoud take absolute priority. This is the reason we link the issue to what might seem a fairly demanding criterion: that the issue is presented as an existential threat. (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 24).

O significado do conceito de securitização reside no seu uso. O significado não está no que as pessoas conscientemente acham que o conceito significa, mas na forma como ele implicitamente é usado ou não. Ou seja, a securitização de um tema é uma construção social. O tema é designado como uma questão de segurança e é aceito por uma audiência como tal por meio de uma construção entre atores. A proposta teórica da securitização, portanto, se encaixa no construtivismo e se distancia de uma abordagem realista tradicional dos temas de segurança.

Para explicar o processo de securitização, os autores estabeleceram três categorias operacionais: 1) Objetos referentes; 2) Agente securitizador; 3) Atores funcionais. O agente securitizador é o ator que reivindica a existência de uma ameaça para o objeto referente. O objeto referente pode ser o Estado, mas, também, organizações, indivíduos, grupos transnacionais e grupos sociais. Por fim, os atores funcionais não pertencem a nenhum dos dois grupos anteriores, mas participam de forma direta ou indireta na dinâmica de segurança de um setor. (VILLA; SANTOS, 2011).

O objeto referente percorre o caminho de não politizado para politizado e, então, para securitizado, podendo, a qualquer momento retroceder, o que é denominado de dessecuritização. O lugar que o objeto se encontrará no espectro depende de circunstâncias que variam de Estado para Estado e ao longo do tempo (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 24).

¹ “No caso da segurança, a análise textual sugere que algo é designado como um problema de segurança internacional porque se pode argumentar que esta questão é mais importante do que outras questões e por isto deveria ter prioridade absoluta. Esta é a razão pela qual se vincula a questão com o que pode parecer um critério bastante exigente: a questão é apresentada como uma ameaça existencial” (Tradução nossa).

Na teoria, qualquer assunto público pode ser alocado no *continuum* de não politizado, politizado ou securitizado, podendo variar dentro desse *continuum*. A teoria considera que um assunto está situado em “Não politizado” quando não é objeto de debate ou decisão pública. O assunto torna-se “Politizado” quando ingressa na agenda de políticas públicas e requer decisões governamentais, alocação de recursos ou qualquer outra política específica. E torna-se securitizado quando é apresentado, perante uma audiência pública, como ameaça existencial, que requer medidas emergenciais situadas fora dos limites dos procedimentos normais da tomada de decisão política (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 23). O quadro 1 abaixo sintetiza o *continuum* mencionado aqui:

Não Politizado	- Estado não é envolvido - Não existe debate ou decisão pública
Politizado	- há uma política Pública - há decisões governamentais - há discurso sobre o tema
Securitizado	- É uma ameaça existencial - Exige uma medida de emergência - Justifica ações fora dos procedimentos políticos normais

Quadro 1 – Securitização, a proposta da Escola de Copenhague

O desenvolvimento da questão de um estágio para o outro dependerá da capacidade do agente securitizador convencer uma determinada audiência. Para isso, ele depende do uso de linguagem apropriada e das condições estabelecidas pelo contexto social. O sucesso do discurso, portanto, envolve a combinação entre características intrínsecas do discurso com condições sociais capazes de favorecer o convencimento de um público ouvinte, que reconhece os riscos das ameaças existenciais. A securitização pode ser identificada como uma política baseada no medo, quando determinados assuntos exigem um tratamento emergencial que confere às autoridades públicas poderes adicionais para adotar determinadas medidas visando eliminar os riscos resultantes de ameaças à segurança do Estado e das populações residentes dentro dele.

Conforme Villa e Santos (2011), a natureza existencial da ameaça é diferente da percepção de segurança tradicional. As ameaças são construídas e transformadas para adquirir uma nova natureza. Um discurso que apresenta uma ameaça existencial por si só não pode criar a securitização. O discurso faz parte do movimento de securitização e é necessário, porém não suficiente. Para que ocorra o processo por completo é necessário que a audiência reconheça os riscos da ameaça e legitime as medidas emergenciais necessárias para lidar com essa ameaça. O agente securitizador sustenta, no discurso, a necessidade de medidas emergenciais que envolvem a quebra de regras estabelecidas no âmbito político. Ele precisa demonstrar que a situação chegou a um ponto sem retorno para

que a audiência aceite e legitime a adoção de ações emergenciais (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 25).

Sendo assim, a definição e os critérios exatos de securitização são constituídos do estabelecimento intersubjetivo de uma ameaça existencial com substanciais efeitos políticos. Segundo Buzan, Waever e Wilde (1998), o caminho para estudar a securitização é examinar discursos e políticas, pois é preciso perceber quando um argumento com esta estrutura particular – ameaça e efeitos políticos – atinge uma audiência suficiente para tolerar as violações das regras. No debate público, quando o agente securitizador consegue se libertar das regras e dos procedimentos, convencendo seu público da prioridade e urgência de uma ameaça existencial, aí sim, testemunha-se um caso de securitização. Dessa forma, o sucesso de uma securitização depende de três componentes: (i) identificação de uma ameaça existencial; (ii) adoção de ações de emergência; e (iii) a legitimação para que ocorra livremente a quebra de regras.

Os autores consideram que a segurança não se restringe ao setor militar. (BUZAN; HANSEN, 2009). A Escola de Copenhague optou pela adoção de um conceito ampliado de segurança. Nesse sentido, ela se inscreve entre as análises que sustentam a necessidade de redefinição do conceito de segurança com o propósito de compreender esse conceito a partir da constatação de diversos problemas fundamentais da cena internacional contemporânea, como os efeitos da dinâmica econômica atual, as questões ecológicas e os conflitos intersociais decorrentes dos crescentes fluxos migratórios. Dessa maneira, os autores reconhecem a existência de novas fontes de ameaças de natureza não militar e definem que os temas de segurança podem ser localizados em cinco principais setores: ambiental, econômico, político, militar e social. Para Rudzit (2005), o conceito ampliado de segurança desenvolvido pela Escola e por outros autores², portanto, envolverá a proteção, fornecida e administrada pelo Estado, contra ameaças externas aos interesses vitais e aos valores básicos do Estado, do território e das populações por ele administradas.

Antes de concluir essa seção, é necessário retomar um elemento importante da teoria, pois reforça a possibilidade de utilização do modelo de fluxos múltiplos nos estudos empíricos de securitização. Para Villa (2007) e Herz (2006), a análise multissetorial proposta pela Escola permanece atrelada ao realismo. A análise de todos os setores se inicia com uma reflexão sobre a origem das questões a serem securitizadas. Essa busca começa pelo Estado, mesmo nos setores ambiental e social, nos quais outros atores, como Organizações Não Governamentais (ONGs) e movimentos sociais, podem atuar na securitização de um tema específico. As pesquisas empíricas, em geral, procuram identificar o agente securitizador dentro do Estado num primeiro momento. Na sequência, buscam identificar o

² Conferir Ullman, 1983; Mathews, 1989; Villa, 1999, dentre outros.

agente securitizador fora do Estado. Nos trabalhos publicados pelos autores de Copenhague é possível perceber esse vínculo ontológico com o Estado.

Tendo em vista que o ponto ontológico é o Estado, é necessário descrever o que é o Estado para os autores. Para Barry Buzan (1991), o Estado é formado por três componentes: (i) uma base física; (ii) uma ideia de Estado; e (iii) um conjunto de instituições. A relação entre esses três componentes configura-se de inúmeras formas. O componente físico é formado pela população e território, incluindo recursos naturais e riquezas produzidas. A ideia de Estado é um componente mais abstrato que vincula o modo intrínseco à identidade nacional e confere coesão ao arranjo político-sociedade-território. Advém da noção de Nação e princípios organizacionais que envolvem língua, religião, ideologias, raça, história e cultura. E, por fim, as instituições são constituídas pelo executivo, pelo legislativo, pelos corpos administrativos e judiciários, pelas leis e pelos procedimentos e normas. (TANNO, 2003, p.56). Para Buzan, a análise de segurança precisa ser definida de maneira abrangente, relacionando dinâmicas internas, mas, também, dinâmicas sistêmicas e amplas. (BUZAN, 1991).

Assim, embora influenciado pelo realismo, pode-se concluir que a definição de Estado proposta por Buzan não é semelhante à formulada pelo realismo. O conceito de segurança para a Escola de Copenhague é, também, mais abrangente quando comparado com o mesmo conceito definido pelos realistas. Buzan conceitua o Estado de forma ampla, não apenas considerando questões externas, mas levando em conta, também, processos internos, tomadas de decisões e procedimentos domésticos do Estado. Já os realistas não levam em consideração os procedimentos internos ou qualquer política doméstica como elementos explicativos decisivos do comportamento internacional do Estado. Nesse sentido, ao adotar uma visão ampliada do Estado, pode-se inferir que Buzan atribuiu importância fundamental à formulação e à implementação de políticas públicas domésticas destinadas ao enfrentamento de ameaças existenciais. Ao romper com o conceito monolítico do Estado, formulado pelo realismo, a Escola de Copenhague reforça a necessidade de uma agenda de estudos empíricos sobre a formulação das políticas, dando margem à possibilidade de utilização de modelos de análise de políticas públicas para se compreender como determinados temas tornam-se objeto de securitização. Esse ponto será retomado na última seção desse artigo.

2. ESTUDOS EMPÍRICOS DE SECURITIZAÇÃO NO BRASIL

A fim de identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos estudos empíricos baseados na teoria de securitização no Brasil, optou-se por analisar os artigos de periódicos indexados nos dois primeiros estratos do Qualis/CAPES (A e B) da área de Ciência Política

e Relações Internacionais. Foram analisadas apenas as publicações de pesquisadores brasileiros, mesmo em revistas internacionais.

Ao todo, foram identificados 276 periódicos indexados na área de Ciência Política e Relações Internacionais como A e B, sendo destas, A1: 20; A2: 26; B1: 24; B2: 59; B3: 55; B4: 41; B5: 50. Passou-se, então, a coleta de dados sobre securitização, adotando-se a delimitação temporal de 2000 a 2015. Essa delimitação justifica-se, pois foi por volta do início dos anos 2000 que as ideias da Escola de Copenhague começaram a chegar na academia brasileira, após o lançamento do livro *Security: a new framework for analysis*, em 1998. Em seguida, o critério de busca foi a palavra-chave *Securitização*. Foram identificados 28 artigos e, em seguida, procurou-se verificar como os pesquisadores utilizaram os critérios essenciais considerados pela Escola para explicar processos de securitização. Esses critérios foram sistematizados no Quadro 2 apresentado abaixo.

Variável		Descrição da Variável
Agente securitizador	0 não 1 sim	Identificação de quem é (ou quem são) o(s) agente(s) securitizador(es)
Não Politizado	0 não 1 sim	Confirmação de que o tema permanece fora da discussão estatal
Politizado	0 não 1 sim 2 sim	Não há confirmação de politização Há confirmação da politização, sendo: 1 para confirmação de que o tema faz parte do discurso estatal; e 2 para confirmação de aprovação de política pública
Securitizado	0 não 1 sim 2 sim	Não há confirmação de politização Há confirmação da securitização, sendo: 1 para confirmação de que o tema extrapolou os procedimentos políticos normais; e 2 para confirmação de adoção de ações emergenciais

Quadro 02 – Principais variáveis sistematizadas pela Escola de Copenhague

A seguir serão apresentados os resultados da pesquisa. Para efeitos de exposição e organização, serão divididos em duas subseções: a primeira com os resultados das revistas Qualis A; e a segunda subseção com as revistas Qualis B.

2.1 ESTUDOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS QUALIS A

A plataforma Sucupira indica que existem 46 revistas classificadas como Qualis A na área de Ciência Política e Relações Internacionais. Nesses 46 periódicos, foram encontrados 12 artigos com a palavra-chave securitização e em três revistas: *Revista Brasileira de Política Internacional* (RBPI) 2 artigos; *Lua Nova*, 1 artigo; e *Contexto*

Internacional, 9 artigos. Dos 12 artigos, 11 foram analisados, pois 1 deles, publicado na *Contexto Internacional*, era apenas uma tradução de um artigo de Barry Buzan³.

PERIÓDICO	AUTOR	ANO	TÍTULO
Contexto Internacional	Grace Tanno	2003	A contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional
Contexto Internacional	Mariana Guedes Duque	2009	O Papel de Síntese da Escola de Copenhague nos Estudos de Segurança Internacional
Contexto Internacional	Luciana Mendes Barbosa & Matilde de Souza	2010	Securitização das Mudanças Climáticas: O papel da União Européia
Contexto Internacional	Fabio Albergaria de Queiroz	2012	A Hidropolítica Platina no Contexto do Complexo Regional de Segurança da América do Sul: Entre o Conflito e a Cooperação (1960-1979)
Contexto Internacional	Marcial A. Garcia Suarez	2012	Terrorismo e política Internacional: Uma aproximação à América do Sul
Contexto Internacional	Didier Bigo	2013	A Sociologia Política Internacional Distante da Grande Síntese: Como articular Relações entre as disciplinas de Relações Internacionais, Sociologia e Teoria Política
Contexto Internacional	Rafael Duarte Villa	2014	O Paradoxo da Macrosecuritização: Quando a Guerra ao Terror não securitiza Outras "Guerras" na América do Sul
Contexto Internacional	Elias David Morales Martinez & Mariana P. O. de Lyra	2015	O Processo de Dessecuritização do Narcotráfico na Unasul
Lua Nova	Pedro Henrique Bracante & Rossana Rocha Reis	2009	A "Securitização da imigração": um mapa do debate sobre e algumas considerações críticas
Revista Brasileira de Política Internacional	Vânia Carvalho Pinto	2014	Explorando a interação entre Enquadramento e a teoria de Securitização: o caso dos protestos da Primavera Árabe em Bahrain

³ BUZAN, Barry. As Implicações do 11 de setembro para os Estudos das Relações Internacionais. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 24, nº 2, julho/dezembro 2002, pp. 233-265. O trabalho foi originalmente preparado para a Conferência sobre a Agenda de Pesquisa em Política Internacional na Sequência do 11 de Setembro, em 11 de abril de 2002. Uma versão subsequente foi publicada em Mary Buckley e Rick Fawn (eds.), *11 de Setembro: Reações do Mundo (2002/3)*. Tradução Marisa Gandelman.

Revista Brasileira de Política Internacional	Kai Kenkel & Luisa Cruz Lobato	2015	Discursos de securitização do ciberespaço no Brasil e nos Estados Unidos
---	--------------------------------	------	--

Quadro 3: Qualis A: Securitização

Dos 11 artigos identificados, 8 deles fizeram aplicação empírica da teoria de securitização. Os artigos de Grace Tanno (2003), Marina Guedes Duque (2009) e Didier Bigo (2013), publicados na revista *Contexto Internacional*, são esforços de sistematização teórica e não de aplicação empírica. Por esse motivo, não foram incluídos na análise. Dos oito artigos restantes, o resultado obtido foi sistematizado no Quadro 4 abaixo:

PERIÓDICO	AUTOR	ANO	TÍTULO	AG	NP	P	SEC
Contexto Internacional	Luciana Mendes Barbosa & Matilde de Souza	2010	Securitização das Mudanças Climáticas (...)	1	1	1	1
Contexto Internacional	Fabio Albergaria de Queiroz	2012	A Hidropolítica Platina (...)	0	1	1	1
Contexto Internacional	Marcial A. Garcia Suarez	2012	Terrorismo e política Internacional (...)	0	1	1	1
Contexto Internacional	Rafael Duarte Villa	2014	O Paradoxo da Macrosecuritização (...)	1	1	2	0
Contexto Internacional	Elias David Morales Martinez & Mariana P. O. de Lyra	2015	O Processo de Dessecuritização (...)	1	1	2	2
Lua Nova	Pedro Henrique Bracante & Rossana Rocha Reis	2009	A "Securitização da imigração" (...)	0	1	1	1
RBPI	Vânia Carvalho Pinto	2014	Explorando a interação entre Enquadramento (...)	1	1	2	2
RBPI	Kai Kenkel & Luisa Cruz Lobato	2015	Discursos de securitização do ciberespaço (...)	1	1	2	0

Quadro 4: Aplicação das Variáveis Securitização: Qualis A.

Legenda: AG – Identificação do agente securitizador.
 NP – Não politizado.
 P – Politizado.
 SEC – Securitizado.

Para atender a proposta de pesquisa deste artigo, é importante analisar os resultados atingidos na última coluna do quadro 4, ou seja, a comprovação da securitização. Primeiramente serão analisados os dois resultados zero, ou seja, os artigos de Rafael Villa e

de Kai Kenkel e Luisa Cruz Lobato. A tabela indica a numeração zero, pois os autores apontaram que não há indícios suficientes para determinar a securitização de seus objetos. Mesmo que comprovem a politização, indicando que o tema faz parte do discurso estatal e que existem políticas públicas destinadas ao tema, os autores afirmam que não é possível comprovar a securitização dentro dos moldes propostos pela Escola de Copenhague⁴.

É importante, também, destacar os artigos de resultado dois, de Elias David Morales Martinez e Mariana P. O. de Lyra (2015) e Vânia Carvalho Pinto (2014). O número dois indica que os autores comprovaram que o tema extrapolou os procedimentos políticos normais e confirmaram uma ação emergencial. Martinez e Lyra, no entanto, não pretendiam comprovar a securitização e sim a dessecuritização do tema. Dessa forma, optaram por apresentar a referência bibliográfica que comprova a securitização e não os dados empíricos. A dessecuritização refere-se ao retorno do tema à agenda normal da política (politização). Para falar em dessecuritização, portanto, é necessário pressupor a existência de um processo de securitização. Martinez e Lyra fundamentaram a existência desse processo nos trabalhos realizados por Thiago Rodrigues (2004) e por Rafael Villa e Maria Del Pilar (2005) sobre o narcotráfico.

Para conseguir comprovar a securitização, Vânia Carvalho Pinto buscou a integração entre a teoria da securitização e a abordagem de enquadramento. Da teoria de securitização, optou por utilizar a variável de aceitação do público alvo para a securitização do tema. O texto argumentou que a securitização partiu do governo e da sociedade civil quando a mídia discursou a favor da adoção de medidas emergenciais. A autora procurou comprovar a securitização com a aplicação das Forças Armadas contra os manifestantes em Bahrain. A abordagem de enquadramento forneceu as variáveis necessárias para entender o processo, pensando: (i) a ação do agente securitizador; (ii) a ameaça existencial; e (iii) a aceitação do público alvo, quando analisada dentro do setor social. Vânia Carvalho Pinto apresentou um diferencial ao lançar mão de duas propostas teóricas, conforme explica no artigo:

Overall, it was shown that the framing approach can be successfully incorporated into securitization theory and that its criteria can be quite useful both in the investigation of the ideational elements that underlie the construction of threats and in the ascertaining of the audience's preferences. (PINTO, 2014, p. 174)

⁴ Aqui é necessário frisar que o artigo de Kenkel e Lobato propõe a securitização do objeto – ciberespaço nos Estados Unidos, mas não no Estado brasileiro. Para os autores, no Brasil o tema encontra-se politizado, mas não securitizado. Para fins de classificação do artigo, foram considerados, apenas, os resultados da análise do caso brasileiro.

Por fim, chega-se aos resultados de número 1, nos quais se observa um total de quatro artigos importantes, pois contribuem para problematizar a aplicação empírica da teoria de securitização. Bracante e Reis, por exemplo, afirmam que:

Ao sugerir que as ameaças existenciais à segurança societal sejam tratadas de maneira excepcional, Buzan e seus colegas negligenciam a complexidade real dos assuntos envolvidos. A diversidade cultural de um país não pode ser "solucionada" com políticas públicas orientadas para a resolução de crise (BRACANTE e REIS, 2009, p. 82)

Apesar de colocar o tema como securitizado, Barbosa e Souza afirmam que é necessário repensar os conceitos de segurança e de atos de segurança, quando o tema é meio ambiente. Porém, não são apresentados dados empíricos que comprovem a securitização. As autoras falam da necessidade de uma ação extrema, mas não indicam qual foi. Porém, apresentam uma crítica à teoria que reforça o objetivo do presente artigo:

Ao tentar compreender as diferentes concepções de segurança que informam os discursos dos atores securitizadores do clima, este trabalho se deparou com uma multiplicidade de práticas, que colocaram em evidência as possibilidades e os limites referentes à teoria de securitização e ao próprio objeto, bem como os dilemas que os percorrem. (BARBOSA e SOUZA, 2010, p. 137)

O trabalho do Fabio Queiroz, além de abordar a securitização, lançou mão da teoria do Barry Buzan dos complexos regionais de segurança. O autor mostrou a possibilidade de aplicação empírica com um estudo já realizado na área, mas, quando partiu para examinar seu objeto de referência, não aplicou a teoria. Dessa forma, não apresentou quem é o agente securitizador e qual é o ponto de ação extremada para a securitização. Suarez explicou a teoria e mostrou como pode ser aplicada ao tema do terrorismo. Porém, quando analisou seu objeto específico de pesquisa, não aplicou a teoria e não comprovou a securitização. Mas, assim como Barbosa e Souza (2010), Suarez apresentou uma crítica relevante:

Por outro lado, o modelo de análise da Escola de Copenhague possui deficiências, entre as quais se podem destacar:

- a) Como mensurar o processo de securitização, se este é basicamente um processo discursivo e político?
- b) De que maneira seria possível delimitar os momentos de transição entre um estágio e outro, isto é, de não securitizado para politizado e securitizado?
- c) Em que medida essa modalidade de análise torna possível tangenciar questões de ordem sistêmica? (SUAREZ, 2012, p. 382)

É possível, então, sistematizar os resultados no Quadro 5 abaixo:

AUTOR	STATUS	RESULTADO
PINTO (2014)	Securitizado	Abordagem de enquadramento
MARTINEZ; LYRA (2015)	Securitizado	Referência bibliografia auxiliar
VILLA (2014)	Politizado	Comprovação política
KENKELL; (2015)	Politizado	Comprovação política
SUAREZ, (2012)	Não comprovado	Crítica
BARBOSA E SOUZA, (2010)	Não comprovado	Crítica
BRACANTE e REIS (2009)	Não comprovado	Crítica
QUEIROZ (2012)	Não comprovado	Crítica

Quadro 5: Resultado análise Qualis A

Dessa forma, a conclusão que se chega da análise dos artigos publicados nas revistas Qualis A, com a variável securitização nas palavras-chave, é de que, do total de onze artigos, oito são de aplicação empírica. Desses oito artigos apenas dois comprovam a securitização conforme os padrões estabelecidos pela teoria, um recorrendo a pesquisas bibliográficas prévias e outro recorrendo à outra teoria para auxiliar a comprovação. Dois comprovam a politização e quatro não comprovam a securitização, mas apresentam relevantes contribuições críticas à teoria de securitização.

2.2 ESTUDOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS QUALIS B

A plataforma Sucupira indica que existem 229 revistas classificadas como Qualis B na área de Ciência Política e Relações Internacionais. Nesses 229 periódicos, foram encontrados 18 artigos com a palavra-chave securitização, em oito revistas: *Cadernos Adenauer*, 1 artigo; *Meridiano 47*, 5 artigos; *REMHU*, 1 artigo, *Revista de Ciências Militares*, 1 artigo; *Caderno de Relações Internacionais*, 2 artigos; *Conjuntura Global*, 4 artigos; *Mundorama*, 3 artigos; e *Revista da Escola de Guerra Naval*, 1 artigo. Como um deles foi publicado em dois periódicos, restaram 17 artigos para a análise.

Do conjunto de artigos examinados das revistas Qualis B, foram excluídos trabalhos nos quais o termo securitização aparece como palavra-chave, mas seus autores não desenvolvem estudos empíricos baseados na teoria da Escola de Copenhague. Nesses casos, a palavra securitização – ou securitizado (a) – é utilizada como sinônimo de segurança de forma abrangente. Dessa forma, dos 17 artigos analisados, 9 foram descartados⁵ para o propósito da presente pesquisa por não se tratar de estudos baseados na teoria da securitização. Dos 8 artigos restantes, três foram publicados pela coautora deste artigo (SILVA, 2012 e 2015; SILVA e PRINS, 2013) e não entraram na análise. Restaram, então, 5 artigos que utilizaram a teoria de securitização em análises empíricas.

O quadro 6 a seguir sintetiza os resultados observados:

⁵ Foram eles: MUGGAH; GLENNY; DINIZ (2014); OLIVEIRA; SILVEIRA (2014); WALDELY et al (2015); CAVALCANTE (2012); GALVÃO (2008); SENHORAS (2009); SENHORAS (2010); SANTOS; SOUZA (2015).

PERIÓDICO	AUTOR	ANO	TÍTULO	AG	NP	P	SEC
Revista de Ciências Militares	Carlos Alberto Lopes Ramos Batalha	2014	Securitização e gestão do risco – uma abordagem conceptual	1	0	2	1
Cadernos de Relações Internacionais	Laura Lammerhirt & Camille Remondeau	2015	Securitização da Questão Colombiana: Contribuições Pós-Positivistas para os Estudos de Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria	1	1	1	1
Conjuntura Global	Nerissa Krebs Farret	2014	A Securitização do Narcotráfico nos Estados Unidos e a influência no Brasil	1	1	1	2
Meridiano 47	João Nackle Urt & Alexandre Felipe Pinho	2010	Securitização e dessecuritização da Amazônia contemporânea	0	0	1	1
Meridiano 47	Sergio Ricardo Reis Matos	2014	Segurança e desenvolvimento nas políticas de defesa dos países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica	0	0	0	1

Quadro 6: Resultado da Identificação de Artigos nas Revistas Qualis B

Legenda: AG – Identificação do agente securitizador.

NP – Não politizado.

P – Politizado.

SEC – Securitizado.

Dos cinco artigos, três apresentaram o agente securitizador, quatro mencionaram a etapa “não politizado” e apenas um comprovou a politização ao expor políticas públicas adotadas. Por fim, dos cinco artigos, apenas um apresentou a confirmação de que o tema extrapolou os procedimentos políticos normais e gerou a adoção de uma ação emergencial.

Dessa forma, ao analisar os 28 artigos (publicados no período de 2000 a 2015), é possível observar que apenas dois deles realmente comprovaram a securitização seguindo os parâmetros estabelecidos pela Escola de Copenhague, mas recorreram a pesquisas ou teorias auxiliares. Três comprovaram a politização de maneira estruturada, 15 apresentaram problemas de aplicabilidade empírica e 9 não utilizaram a teoria de securitização e adotaram o termo como sinônimo de segurança. O quadro 7 a seguir sintetiza os resultados observados nos 28 artigos.

Autor	Status
TANNO (2003)	Sistematização teórica sem aplicação empírica
DUQUE (2009)	Sistematização teórica sem aplicação empírica

BIGO (2013)	Sistematização teórica sem aplicação empírica
PINTO (2014)	Securitizado
MARTINEZ; LYRA (2015)	Securitizado
VILLA (2014)	Politizado
KENKELL; (2015)	Politizado
SUAREZ, 2012	Não comprovado
BARBOSA; SOUZA, 2010	Não comprovado
BRACANTE; REIS, 2009	Não comprovado
QUEIROZ (2012)	Não comprovado
BATALHA (2014)	Não comprovado
LAMMERHIRT; REMONDEAU (2015)	Não comprovado
SILVA (2012)	Não comprovado
SILVA; PRINS (2013)	Não comprovado
FARRET (2014)	Não comprovado
SILVA (2015)	Não comprovado
URT; PINHO (2010)	Não comprovado
MATOS (2014)	Não comprovado
MUGGAH; GLENNY; DINIZ (2014)	Não aplicado
OLIVEIRA; SILVEIRA (2014)	Não aplicado
WALDELY; ET AL. (2015)	Não aplicado
CAVALCANTE (2012)	Não aplicado
GALVÃO (2008)	Não aplicado
SENHORAS (2010)	Não aplicado
NETTO (2011)	Não aplicado
SENHORAS (2009)	Não aplicado
SANTOS; SOUZA (2015)	Não aplicado

Quadro 7: Resultados Periódicos Brasileiros

Por fim, o conjunto de artigos examinados aqui mostra que há, de fato, problemas na aplicação empírica da teoria de securitização. Excluindo os casos de utilização do termo securitização como sinônimo de segurança, é possível observar que a teoria é exigente com o trabalho de comprovação empírica, gerando dificuldades para o desenvolvimento de estudos baseados na agenda proposta pela Escola. A adoção do modelo de fluxos múltiplos pode trazer contribuições a esse trabalho. É o tema da próxima seção deste artigo.

3. O MODELO DE FLUXOS MÚLTIPLOS DE JOHN KINGDON

Em *Agendas, Alternatives and Public Policies* (1984), John Kingdon elaborou e testou o modelo dos fluxos múltiplos (*multiple streams*) para analisar os processos de definição da agenda e de determinação de políticas alternativas. O objetivo era examinar o processo de formação de políticas em condições de ambiguidade, nas quais as teorias do comportamento racional tem utilidade limitada. Condições de ambiguidade correspondem a um estado no qual os atores envolvidos na decisão dentro de uma organização podem ser dotados de diversas formas de interpretar e avaliar as circunstâncias ou os fenômenos. Para N. Zahariadis (2007), ambiguidade não é sinônimo de incerteza. Incerteza refere-se à incapacidade de prever, com precisão, um determinado evento. Ambiguidade refere-se à

possibilidade de se ter duas ou mais formas de pensar um mesmo problema. Por isso, mais informação reduz a incerteza, mas não reduz a ambiguidade. O gestor público não procura identificar e analisar o problema para, em seguida, delinear as alternativas possíveis de solução. Trata-se de um modelo de tomada de decisão em ambientes ambíguos.

O modelo de Kingdon está estruturado em três fluxos (*streams*) de atores e questões envolvidos no processo de produção de políticas públicas: (i) *o fluxo dos problemas*: constituído por informações sobre uma variedade de questões que podem ser eleitas como problemas dentro da agenda de políticas públicas. Nesse fluxo estão atores que propõem diversas soluções aos problemas; (ii) *o fluxo das políticas*: é onde estão situadas as ideias geradas por especialistas interessados em determinada questão. As ideias são apresentadas e competem entre si para obter aceitação em redes de política (formadas por burocratas, acadêmicos e pesquisadores que compartilham interesse comum numa área temática específica das políticas públicas); (iii) *o fluxo da política*: que agrega três elementos – movimentação dos grupos de pressão; mudanças no legislativo e nas agências administrativas; e temperamento nacional (que considera a possibilidade de oscilações de “humor” num grupo grande de indivíduos) (FARIA, 2003; KINGDON, 2003). Para Kingdon, um determinado tema ingressa na agenda de PPs de acordo com o “humor nacional” (*national mood*), que está presente no fluxo da política e corresponde ao modo como determinado número de pessoas em um país avalia e faz escolhas sobre determinados temas, utilizando, para isso, certos parâmetros comuns variáveis ao longo do tempo (*idem*).

Além dos fluxos, o modelo de Kingdon contempla, também: (i) as chamadas “janelas de oportunidade”, que correspondem aos momentos oportunos nos quais defensores de determinadas propostas conseguem converter tais propostas em políticas públicas; e (ii) os “*empresários políticos*”, que são indivíduos ou atores corporativos que tentam associar os três fluxos mencionados acima. Esses indivíduos não apenas defendem soluções específicas, mas são “manipuladores” de preferências problemáticas. Em síntese, o modelo de fluxos múltiplos parte do pressuposto segundo o qual os tomadores de decisão estão diante de dilemas relacionados à multiplicidade de questões que precisam resolver. O modelo resolve esses dilemas ao mostrar que as questões são resolvidas por meio da estrutura institucional, pelo tipo de janela política que se abre e pela atuação dos “empresários” políticos (ZAHARIADIS, 2007). Os empresários políticos capturam a atenção dos decisores e manipulam essa atenção em proveito próprio (*idem*) ou com propósitos explícitos de determinar a tomada de decisões políticas.

O modelo de fluxos múltiplos se insere nas chamadas abordagens cognitivas (FARIA, 2003) do amplo campo de estudos de PPs. Essas abordagens atribuem papel relevante às ideias e ao conhecimento na construção de políticas públicas (*idem*). Uma das possíveis aplicações do modelo de Kingdon nos estudos empíricos de securitização é,

justamente, na análise do papel das ideias na formulação de políticas públicas emergenciais. As ideias estariam situadas no fluxo das políticas. O modelo permite examinar a atuação do agente securitizador que, em determinadas condições e em determinados momentos, mostra-se capaz de colocar um tema em evidência, apresentando as ideias que podem subsidiar a formulação das políticas. Essa formulação, por sua vez, envolve um conjunto de processos que inclui, ao menos: (i) o estabelecimento da agenda; (ii) a especificação de alternativas a partir das quais as escolhas serão realizadas; e (iii) a implementação da decisão (KINGDON, 2003). O modelo de Kingdon se concentra nos dois primeiros processos e pretende entender os motivos pelos quais determinados temas tornam-se importantes na agenda de políticas públicas e outros não. Na explicação do modelo, os empresários políticos têm um papel decisivo na medida que são responsáveis pela articulação dos três fluxos.

Nesse sentido, o modelo é promissor para o enfrentamento de uma das principais dificuldades observadas nos estudos empíricos que utilizaram a teoria de securitização: como identificar a atuação e o “sucesso” do agente securitizador – “sucesso” mensurado pela sua capacidade de convencer determinada audiência sobre a necessidade de adoção de políticas emergenciais para enfrentar uma ameaça existencial. O modelo analisa o comportamento dos chamados “atores visíveis” que recebem maior atenção do público e da mídia e que tem, com isso, melhores condições de influenciar a definição da agenda. Em contraste com os “atores visíveis”, existem os “não visíveis”, formados por acadêmicos, burocratas de carreira e funcionários do Legislativo que exercem maior influência sobre a definição das alternativas. Os agentes securitizadores seriam um tipo de ator visível no modelo de Kingdon e podem ser compreendidos como equivalentes aos empreendedores políticos do modelo. O “sucesso” do agente securitizador pode ser determinado pelo momento específico, isto é, o que Kingdon denominou de mudanças no humor nacional, que podem abrir “janelas de oportunidade” e possibilitar a securitização de determinado tema da agenda de PPs.

A teoria de securitização atribui importância fundamental ao *continuum* que vai da não politização à securitização. Ela compreende, também, a possibilidade de retorno, isto é, um tema pode deixar de ser securitizado para voltar à política “normal” (a chamada dessecuritização). Excluindo os casos nos quais os temas não geram a formulação de políticas emergenciais (os “politizados”), a demonstração empírica da securitização demanda compreender como um agente convence uma audiência (ou audiências), fazendo com que ela(s) aceite(m) e confira(m) legitimidade às políticas excepcionais que podem, inclusive, autorizar o Estado a violar direitos civis em nome de um propósito apresentado como fundamental (conter ameaças terroristas). A adoção de políticas excepcionais requer capacidade de construir a ameaça a partir de condições sociais favoráveis à atuação do

agente securitizador. Ações de grupos terroristas, por exemplo, aumentam o medo e a insegurança, criando essas condições a partir das quais a adoção de políticas emergenciais torna-se aceitável e legítima perante a população de um determinado Estado. Ações como o 11 de setembro de 2001 e os atentados do Estado Islâmico em Paris em 2015 alteram o chamado “humor nacional”, favorecendo a ação do agente securitizador, na medida que abrem uma “janela de oportunidade” que permite a esse agente estabelecer as ligações entre os três fluxos.

Sarah Léonard e Christian Kaunert (2011, p. 58) localizam exatamente nesse ponto a contribuição do modelo de Kingdon. Os autores consideram que o modelo de fluxos múltiplos oferece um caminho promissor para redefinir o papel da audiência nos processos de securitização. O modelo permitiria operacionalizar a análise do agente securitizador e da audiência, observando a natureza complexa dessa audiência, formada, na verdade, por diferentes públicos que demandam lógicas distintas de persuasão. O modelo de Kingdon permitiria, ainda, analisar as ligações entre as diversas audiências e seu respectivo impacto no processo de formulação de políticas.

Léonard e Kaunert destacam uma contribuição relevante do modelo de Kingdon à teoria de securitização. No entanto, é possível ampliar as contribuições desse e de outros modelos de análise de políticas públicas. O modelo de fluxos múltiplos pode permitir o estudo mais aprofundado da formulação de políticas públicas emergenciais e, com isso, comprovar a securitização. Com exceção dos estudos que demonstram a politização de determinados temas (como os trabalhos de Villa, 2014 e Kenkel e Lobato, 2015), a comprovação empírica da securitização pode se valer das contribuições geradas pela literatura de políticas públicas, em particular dos modelos de análise como o de Kingdon. Esse modelo, ao mesmo tempo, aproxima-se do construtivismo na medida que atribui significativa importância ao papel das ideias na formulação de PPs e à atuação dos empreendedores políticos que, ao conectar os fluxos, conseguem fazer prevalecer determinadas alternativas políticas em detrimento de outras. Por isso, é razoável supor que a teoria de securitização, amplamente embasada no construtivismo, possa se valer de um modelo de análise de PPs calcado no papel das ideias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria de securitização demanda o desenvolvimento de estudos empíricos que precisam lidar com a necessidade de demonstrar dois elementos principais: *(i)* como são adotadas medidas emergenciais para o enfrentamento das ameaças; e *(ii)* como um agente securitizador consegue convencer determinada audiência sobre a necessidade de adoção destas medidas. Ou seja, a comprovação empírica da securitização demanda o

aprofundamento de estudos focados nesses dois elementos, em particular na forma pela qual são elaboradas medidas emergenciais, que podem ser compreendidas como políticas estatais. A excepcionalidade dessas políticas é sua característica fundamental, pois envolvem o estabelecimento de poderes adicionais aos agentes públicos para atuarem em determinados temas e de determinadas formas não convencionais. Além disso, é necessário analisar o discurso dos agentes securitizadores e, também, observar como se comporta a audiência para a qual esse discurso é endereçado. É necessário, portanto, desenvolver ou recorrer a estudos de opinião pública capazes de detectar a evolução das posições dos indivíduos sobre determinado tema. Esses estudos precisam ser complementados com análises capazes de averiguar a reação do público ao conteúdo de determinado discurso. Nessa direção, o modelo de fluxos múltiplos pode contribuir para a aplicação empírica da teoria de securitização nos dois elementos mencionados acima.

O desenvolvimento de estudos de caso específicos, no entanto, é o caminho mais adequado para expor à teoria ao teste empírico. As contribuições dos modelos de análise de políticas públicas podem, também, ser submetidas ao mesmo teste empírico. Essa possibilidade, no entanto, extrapola os propósitos do presente artigo, mas seria fundamental para reforçar uma agenda de pesquisa inovadora dentro dos estudos de segurança internacional.

REFERÊNCIAS

- BATALHA, C. A. L. R. Securitização e gestão do risco – uma abordagem conceptual. **Revista de Ciências Militares**, v. II, n. 2, p. 293–315, 2014.
- BIGO, D. A Sociologia Política Internacional distante da grande síntese: como articular relações entre as disciplinas de Relações Internacionais, Sociologia e Teoria Política. **Contexto Internacional**, v. 35, n. 1, p. 173–195, 2013.
- BRANCANTE, P. H. e REIS, R. R. A “Securitização da imigração”: um mapa do debate sobre e algumas considerações críticas. **Lua Nova**, v. 77, p. 1–13, 2015.
- BUZAN, B. As Implicações do 11 de Setembro para o Estudo das Relações Internacionais *. **Contexto Internacional**, v. 24, p. 233–265, 2002
- BUZAN, Barry. **People, states and fear**. An agenda for international security studies in the post-cold war era. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1991.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: A new framework for analysis**. Boulder: Lynne Reinner Publishers, 1998.
- CAVALCANTE, A. H. A. P. Um estudo do “Especial Amazônia” da RBPI sob o espectro da Matriz securitização da Amazônia. **Cadernos de Relações Internacionais**, v. 5, p. 1–25, 2012.
- DINIZ, G.; MUGGAH, R.; GLENNY, M. **Securitização da Cibersegurança no Brasil**. [s.l.: s.n.]. v. 15

DUQUE, M. G. O papel de síntese da Escola de Copenhague nos estudos de segurança internacional. **Contexto Internacional**, v. 31, p. 459–501, 2009.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Ideias, conhecimento e políticas públicas. Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, Vol. 18, nº 51, fevereiro, 2003.

FARRET, N. K. A Securitização do Narcotráfico nos Estados Unidos e a influência no Brasil The Securitization of Drug Trafficking in the United States and influence in Brazil. **Conjuntura Global**, v. 3, p. 117–123, 2014.

GALVÃO, T. G. Securitização e desenvolvimento no espaço amazônico Securitization and development in the Amazonian area. **Boletim Meridiano 47**, v. 98, p. 6–8, 2008.

KINGDON, John W. **Agendas, Alternatives and Public Policies**. Second Edition. New York: Harper Collins, 2003.

LAMMERHIRT, L.; REMONDEAU, C. Securitização da Questão Colombiana: Contribuições Pós-Positivistas para os Estudos de Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria. **CADERNOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**, v. 8, p. 56–69, 2015.

LÉONARD, S. e KAUNERT, C. Reconceptualizing the Audience in Securitization Theory. In: BALZACQ, Thierry. (ed.). **Securitization Theory – How Security Problems Emerge and Dissolve**. London and New York: Routledge, 2011.

LOBATO, L. C.; KENKEL, K. M. Discourses of cyberspace securitization in Brazil and in the United States. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 58, n. 2, p. 23–43, 2015.

MARTINEZ, E. D. M.; LYRA, M. P. O. DE. O Processo de Dessecuritização do Narcotráfico na Unasul. **Contexto Internacional**, v. 37, n. 2, p. 661–691, dez. 2015.

MATHEWS, Jessica Tychman. Redefining Security. **Foreign Affairs**, v. 68, n. 2, 1989.

MATOS, S. R. R. Segurança e desenvolvimento nas políticas de defesa dos países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. **Boletim Meridiano 47**, v. 15, n. 144, p. 10–16, 2014.

NETTO, M. DOS S. Lessons from Nauru: A Securitizing Move on Climate Change. **Boletim Meridiano 47**, n. 127, p. 10–17, 2011.

OLIVEIRA, G. Z. de; SILVEIRA, I. L. da. A questão securitária no Golfo da Guiné: identificação de ameaças e implicações para o Atlântico Sul. **R. Esc Guerra Naval**, v. 20, p. 331–352, 2014.

PINHO, A. F.; URT, J. N. Securitização e dessecuritização da Amazônia contemporânea. **Boletim Meridiano 47**, v. 114, p. 34–35, 2010.

PINTO, V. C. Exploring the interplay between Framing and Securitization theory : the case of the Arab Spring protests in Bahrain Explorando a interação entre Enquadramento e a teoria de Securitização : o caso dos protestos da Primavera. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. 2011, p. 162–177, 2014.

QUEIROZ, F. A. DE. A hidropolítica platina no contexto do complexo regional de segurança da América do Sul: entre o conflito e a cooperação (1960-1979). **Contexto Internacional**, v. 34, p. 573–616, 2006.

RODRIGUES, Thiago. **Política e drogas nas Américas**. São Paulo: EDUC-FAPESP, 2004.

- SANTOS, L. B. DOS; SOUZA, M. DE. Securitização de temas ambientais: O caso do ciclone em Vanuatu. **Mundorama**, p. 1–8, 2015.
- SENHORAS, E. M. A regionalização da segurança na América Latina Regionalization of Security in Latin America. **Boletim Meridiano 47**, v. 47, n. 117, p. 12–15, 2010.
- SENHORAS, E. M. Securitização internacional e o Conselho de Defesa Sul Americano. **Mundorama**, 2009.
- SILVA, C. C. V. E. Narcotráfico Securitizado: Operação Ágata 5. **Conjuntura Global**, v. 1, p. 37–40, 2012.
- SILVA, C. C. V. E. Plano Colômbia: securitização do narcotráfico pelos Estados Unidos da América. **Conjuntura Global**, v. 4, n. 2, 20 set. 2015.
- SILVA, C. C. V. E; PRINS, R. Defesa Cibernética – Um Caminho para Securitização? **Conjuntura Global**, v. 53, n. 9, p. 1689–1699, 2013.
- SOUZA, L. M. B. e M. de. Securitização das Mudanças Climáticas: O Papel da União Europeia. **Contexto Internacional**, v. 32, p. 121–153, 2010.
- SUAREZ, M. A. G. Terrorismo e Política Internacional: Uma Aproximação à América do Sul. **Contexto Internacional (PUC)**, v. 34, n. 2, p. 363–396, 2012.
- TANNO, G. A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. **Contexto Internacional**, v. 25, p. 47–80, 2003.
- ULLMAN, Richard. Redefining security. **International Security**, v. 8, n. 1, 1983.
- VILLA, R. D. O Paradoxo da Macrossecuritização: Quando a Guerra ao Terror não Securitiza Outras “Guerras” na América do Sul. **Contexto Internacional**, v. 36, n. 2, p. 349–383, dez. 2014.
- VILLA, Rafael Duarte. **Da crise do realismo à segurança global multidimensional**. São Paulo: Annablume, 1999.
- VILLA, Rafael Duarte; OSTOS, Maria Del Pilar. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, n. 2, p. 86-110, 2005.
- WALDELY, A. B. *et. al.* Migração como crime , êxodo como liberdade. **REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum**, v. 45, p. 235–247, 2015.
- ZAHARIADIS, Nikolaos. The Multiple Streams Framework. Structure, Limitations, Prospects. *In*: SABATIER, Paul A. **Theories of the Policy Process**. Second Edition. Boulder: Westview Press, 2007.